

As vozes dos homens em situação de rua sobre o trabalho

Las voces de los hombres sin hogar sobre el trabajo

The voices of homeless men about work

*Isabela Alves Nantes Zacarias**
*Estela Márcia Rondina Scandola***
*Maria Beatriz Almeidinha Maia*** (in memorian)*

1 INTRODUÇÃO

A existência de população em situação de rua coincide com o surgimento das ruas, ou seja, com a existência das cidades. As motivações de desfiliação em diferentes teias protetivas, como a família e o trabalho, coexistem com a

* Graduada no curso de Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco em 2016. Atualmente trabalha como Analista de Defensoria Pública em Serviço Social, na cidade de Campo Grande - MS, atuando no Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres - NUDEM.

** Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa-IUL/ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS, especialista em saúde do trabalhador e psicologia social; professora e pesquisadora na Escola de Saúde Pública; integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; integrante de colegiados de políticas públicas e movimentos sociais; integra a Rede de Educação Popular em Saúde; escreve a vida ameríndia no Blog “Vida Mulherida” e é quadrivô.

E-mail: estelascandola@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1152-8567>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4359054934022165>

***Fonoaudióloga, especialista em saúde mental e atenção psicossocial, atuou como gestora no CAPS álcool e drogas e coordenou a equipe do consultório na rua; pesquisadora e educadora em direitos humanos com foco em população em situação de rua e redução de danos; integrou a coordenação da Associação Brasileira de Redução de Danos e da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5223822730723622>

presença de doenças e agravos, políticas segregacionistas e persecutórias que indisponham esse grupo heterogêneo a pouco ou nada de direitos protetivos. Ao buscar fragmentos históricos sobre a origem e a manutenção da população em situação de rua, pode-se afirmar que perduraram discursos seculares em diferentes processos sócio-históricos no modo de produção capitalista.

Stoffels (1977) instiga com elementos históricos importantes que nos remete à realidade presente. O que ela denominou de ‘ondas de pessoas itinerantes’ tratava-se do período de surgimento das cidades, definindo assim a situação das pessoas que não se enquadravam na condição de escravos – por filiação, endividamento ou crime de guerra. Também não eram comerciantes estabelecidos na polis e, portanto, não participavam nas discussões políticas. A saída do campo para a cidade foi constituindo um montante de indivíduos despossuídos de vínculos de trabalho, especialmente por não dispor de terras urbanas e rurais – considerando ser essa uma das condições de filiação de cidadania na polis.

Essas pessoas ficavam nos arredores dos feudos e das áreas urbanas que se formavam, vivendo da caridade das igrejas. A partir do surgimento das cidades, as políticas públicas que lhes foram destinadas eram as leis antivadiagem, restringindo esses espaços para os ambulantes. As leis mencionadas fizeram com que os trabalhadores fossem sujeitados a baixos salários e inibiram seus deslocamentos. (SILVA, 2006)

A urbanização e a Revolução Industrial constituíram-se duas mudanças estruturais nas sociedades que foram fundamentais para o aumento da população em situação de rua. Trata-se não mais de comportamentos individuais de desobediência aos padrões sociais, mas de levadas migratórias rural-urbana avolumadas, em consequência do novo padrão de organização social imposto pelo capitalismo.

No Brasil, as mudanças ocorridas no perfil dos postos de trabalho da lavoura e pecuária, saindo para o comércio e a indústria, ocorreram de forma que a não adaptação ou não existência de vagas para todos levou-os à condição de completa desproteção social, inclusive ocupando espaços depreciados das cidades como moradia. (SILVA, 2006)

Segundo Martinelli (2001), o que se pode afirmar é que houve manipulação da ordem social em benefício do desenvolvimento capitalista, sem levar em conta a situação de pobreza em que os funcionários estavam submetidos. O número de trabalhadores era tão grande, que não poderiam ser absorvidos por completo pelo capitalismo. Sem ter dinheiro e meios de prover seu sustento, grande parte da população vivenciava o extremo da pobreza. Na Inglaterra e na França, o impacto do sistema capitalista foi tão intenso, que gerou um aumento desenfreado de pessoas em situação de rua, realidade que foi chamada de “praga dos mendigos”.

Segundo a mesma autora, ao longo do processo de formação da população em situação de rua, uma das estratégias da burguesia foi o deslocamento da análise socioeconômica para análises morais: impingiram-se estigmas de vagabundos, do não ‘desejo’ de trabalhar. A pobreza era considerada como problema individual e, portanto, de responsabilidade pessoal. Como num massacre aos trabalhadores, esses eram levados a experimentar a fome, a miséria e o desabrigo.

Presas atavicamente a antigas influências, continuavam a vislumbrar a pobreza e a mendicância como problemas de caráter e a assistência como um rígido mecanismo de correção e controle. (...) continuavam a estigmatizar a pobreza, a marginalizar o pobre, negando-se a reconhecer qualquer direito de mobilidade social a essa camada da população. (MARTINELLI, 2001, p. 85)

A não adaptação à afiliação ao trabalho – escravo ou explorado – conferiu a essas pessoas diferentes nomes como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo (FRANGELLA, 2009). Essas denominações perduram, não somente nos documentos das políticas, até a atualidade, como também constituíram uma representação coletiva depreciativa do que pode ser a ‘população em situação de rua’, denominação grassada na atual política brasileira.

As consequências do capitalismo são vistas pela burguesia como uma lei natural da riqueza social, que visa manter a ordem vigente e os trabalhadores em submissão à ordem natural do progresso. A manutenção do controle sobre o proletariado não se reduzia somente à organização sindical (que, paradoxalmente, também surgiu com o capitalismo), mas se estendia sobretudo à ordem moral, visando manter os trabalhadores a serviço da expansão capitalista. (MARTINELLI, 2001)

Ao combinar a ordem econômica com a moral e a polícia, a consideração da pobreza e da miséria como de responsabilidade dos trabalhadores destituía-os de direitos e submetia-os à pressão pela adequação ao mundo do trabalho. Assim, foi-se constituindo uma parcela importante de pessoas que eram chamados de inadequados à ordem social, como os “inempregáveis, desempregados ou empregados de um modo precário, intermitente”. (CASTEL, 1998, p. 21)

No Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 ter consagrado o Estado Democrático de Direito - que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem quaisquer discriminações -, foi somente em 2009 que essa minoria social teve inscrita uma política de âmbito nacional voltada às demandas por eles apresentadas. Dessarte, a

Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua os reconheceu como sujeitos de direitos e destinatários da atuação intersetorial das políticas públicas, conceituando:

população em situação de rua [é] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

Com o texto da política pública, tornam-se irrelevante os motivos que levaram essas pessoas a viverem nas ruas. De fato, há motivações advindas da decisão de contestação à ordem social. No entanto, há o aumento dessa população em situação de crise econômica, ou seja, do empobrecimento das famílias, da impossibilidade de cuidar dos seus e da falta de postos de trabalho e renda. Esses fatores objetivos constituem essa população cuja expressão maior é a desigualdade de classe e raça.

A busca de postos de trabalho sem quaisquer exigências de direitos está dentro do que poderíamos denominar de “normalidade” entre os estratos mais empobrecidos das comunidades. Estes grupos sociais vivem sob a égide do não direito diante de tudo o que já foi conquistado pela sociedade, seja legalmente ou socialmente. É a vida do não direito – seja porque não o conhecem ou porque nunca o usufruíram – que os constitui, em termos de exigências, aquém do direito de ter direitos. (SCANDOLA, 2015, p. 62)

No que se refere ao perfil dos acessados para entrevista, os dados coletados na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua apontaram que 82% são homens; aqueles com mais de 18 anos, 53% teriam a faixa etária entre 25 e 44 anos; ademais, 39% se autodeclararam pardos e outros 28% de pretos. (BRASIL; MDS, 2008)

Quanto ao trabalho e renda, ficou demonstrado que 70,9% da população pesquisada é composta por trabalhadores, dentre estes, 58,6% afirmam ter profissão; apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência. As atividades remuneradas exercidas por esta população entrevistada na pesquisa foram: “catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%),

construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). [...] As áreas onde mais encontram oportunidades de emprego são na construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). (BRASIL; MDS, 2008)

Outros estudos também demonstram que o trabalho é uma das centralidades da vida da população em situação de rua e, de forma mais precisa, a desproteção dos trabalhadores nas condições de trabalho que lhes são impostas. Isso porque, em sua maioria, inserem-se em empregos variados e temporários, exercendo atividades de biscateiro, de “faz-tudo” ou de “faz-qualquer coisa”, o que não possibilita quaisquer perspectivas de mudança nas condições de vida destes homens. (ESCOREL, 1999)

Sobre os motivos que levaram àquela situação de rua, percebe-se que entre os entrevistados há uma tendência unicausal e de culpa autocentrada na justificação de estarem nas ruas. Ainda que o discurso principal do senso comum acredite que o motivo da vulnerabilidade dessa minoria intercorra da relação com drogas lícitas e ilícitas, o trabalho e renda mostram-se temas centrais quando se busca compreender a população em situação de rua.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro). (BRASIL, 2008, p. 11)

Contudo, foi possível identificar nos registros históricos dos princípios do sistema capitalista que são as desigualdades de classe que fundamentam e balizam o ‘estar nas ruas’, sem moradia ou vínculos familiares.

É o trabalhador, que forma o grupo de reserva da força de trabalho nas localidades e, que, portanto, em situação de permanente instabilidade diante de programas de assistência social, previdência e trabalho, é aliciado sob o argumento de conseguir trabalho e renda, exigências fundantes da sociedade patriarcal. (SCANDOLA, 2015, p. 61)

No caso de Campo Grande (MS), a atenção a esse grupo populacional era realizada através da política de assistência social, compondo sua rede com as organizações não governamentais - religiosas ou não. Com o advento

da epidemia da AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome* [Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, na sigla em inglês]), a partir da década de 1990, as ONGs vinculadas a essa temática, juntamente com o SUS (Sistema Único de Saúde), passaram a acompanhar e assistir o público em tela. Contudo, a intervenção era feita de maneira segregada, como o caso de migrantes, pessoas em situação de rua e trabalhadores (as) do mercado sexual (incluindo as pessoas trans). Foi somente com a instituição da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que foram desenvolvidos equipamentos e serviços específicos destinados a esse público em Campo Grande (MS). Importa dizer, também, que há uma confluência entre a atenção aos migrantes e população em situação de rua que, por vezes, se confundem e em outros momentos se distanciam na política pública.

Na política de assistência social há instituições responsáveis por prestar assistência à população em situação de rua. Dentre elas, destaca-se a Unidade de Acolhimento Individual e Familiar – UAIFA (nomenclatura atual para o CETREMI – Centro de Triagem do Migrante), o Serviço de Acolhimento Especializado de Abordagem Social – SEAS e o Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua – CENTRO POP. O SEAS. Além das abordagens programadas, essas instituições atendem à demanda pela população em geral ou outros órgãos públicos, por diferentes formas de comunicação. O diferencial do CENTRO POP é que mantém uma sede física para acesso às pessoas em situação de rua. (MDS, 2011)

Em consonância com o Projeto do Governo Federal “Crack é possível vencer” (BRASIL, 2013), a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU-CG/MS instituiu, em 2013, o ‘Consultório na Rua’, serviço que foi integrado à atenção primária em saúde. Esse serviço tem sua prática de atenção nos cenários de maior permanência de homens e mulheres em situação de rua, previamente mapeados e que são referenciados para as unidades de saúde.

Considerando o exposto, ficou clara a centralidade do tema “trabalho” na compreensão de contexto e na atuação educativa junto à população em situação de rua. Ao evidenciar os discursos dos homens partícipes da pesquisa, pode-se identificar uma amplitude de significados que permeiam o tema, desde a inserção desses indivíduos no mundo do trabalho até sua correlação histórica com as diferentes formas de exploração as quais foram expostos.

Cientes da amplitude desses conceitos, promover a escuta qualificada sobre a realidade passou a ser um desafio do estágio em Serviço Social realizado no CENTRO POP. Reconhecida a necessidade de trazer luz a forma como esses mesmos homens consideram o trabalho em seu viver, foi possível analisar as correlações dos discursos com os paradigmas socialmente impostos no decorrer do desenvolvimento da estrutura econômica vigente.

Por isso, objetivamos evidenciar e analisar os discursos dos homens em situação de rua sobre os significados do trabalho, bem como sobre o acesso e as condições laborais a que são submetidos, valorizando, com isso, os discursos e as representações que eles têm sobre sua movimentação no mundo do trabalho, cujos dados foram registrados durante o estágio em Serviço Social.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve por base a análise dos dados qualitativos de parte dos documentos produzidos no campo de estágio “Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop” em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. É próprio da aprendizagem no estágio em Serviço Social a elaboração de diários de campos, relatórios de estágio, diagnóstico institucional e trabalho de conclusão de curso (TCC), dentre outros. De todos os registros extraiu-se a transcrição da roda de conversa realizada no ano de 2017, no diário de campo denominada “trabalho e direitos sociais”.

A ocorrência das rodas de conversa, no período de estágio, estava na programação do cotidiano do Centro-Pop. Na ocasião, participaram 12 homens, com início às 9 horas após o café da manhã e duração de 40 minutos. A presença exclusiva de homens não foi intencional e é comum a ocorrência dessa realidade, posto que a maior parte da população atendida é masculina. Embora tivesse havido a mobilização para todos os usuários da instituição, nesse caso, nenhuma mulher permaneceu para os debates.

A coleta de dados foi realizada através da gravação da roda de conversa, sendo esta operada por um dos integrantes do grupo. Todas as falas foram transcritas e realizou-se a transformação dos discursos em frases de acordo com a possibilidade de compreensão, mantendo-se as palavras originais, na maioria dos casos. Também foram retiradas as expressões ‘né’, ‘então’, ‘daí’ e outras que, embora compusessem os discursos, suas supressões não comprometeram o sentido dos discursos, e ainda proporcionaram um ganho, facilitando a organização deles.

Como afirma Minayo (2010), o objeto das ciências sociais é histórico e a historicidade se expressa em bens materiais e simbólicos, num território em que convivem diferentes culturas e tempos de forma simultânea. Ao dedicar-se a conhecer a realidade local, o específico estará imbrincado com o geral, criando a consciência histórica do que estamos buscando compreender. Tendo como objeto essencial das ciências sociais o qualitativo, a realidade é o dinamismo que faz “transbordar significados” (MINAYO, 2010, p.42) onde, tanto o pesquisador quanto os sujeitos vão apreendendo sobre ela através de múltiplos olhares.

O tema “Trabalho e direitos sociais” ocorreu devido às constantes abordagens visando a captação de trabalhadores realizada nas imediações do CENTRO-POP por contratantes de carvoarias. Partindo da realidade de trabalho vivenciada pelo grupo, direcionada pelo compartilhamento coletivo das experiências, foram incentivados a reflexões e debates sobre o mundo do trabalho.

Seguindo o método de análise de dados do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), unimos os elementos comuns presentes nas histórias relatadas e elaboramos esta pesquisa qualitativa que visa compartilhar a vivência desses trabalhadores, analisando-as a partir da teoria social crítica, sob a ótica do Serviço Social.

A técnica do DSC é uma metodologia qualitativa que visa representar a opinião coletiva de um grupo de indivíduos sobre um determinado tema, sendo utilizada para captar a essência do pensamento coletivo e compreender fenômenos complexos a partir da perspectiva dos próprios participantes. Baseia-se na organização e síntese das falas de diferentes sujeitos em discursos que representam o pensamento coletivo. (LEFÈVRE et al., 2003)

O DSC pode ser visto como um conjunto de artifícios destinados a permitir que o pensamento coletivo, enquanto realidade empírica, se autoexpresse (...) viabilizando o resgate e trazendo à luz do dia as representações sociais sob a forma de discursos instituintes de sujeitos coletivos. (LEFÈVRE et al., 2009)

Esses discursos foram elaborados para esse artigo a partir de eixos, ideias centrais e os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) que agrupamos para formar um sujeito coletivo imaginário cuja fala foi sintetizada com todas as opiniões do grupo. Como afirmam Lefèvre e Lefèvre (2003), ao mesmo tempo, isso evidencia a fala de pessoas sujeitadas às regras sociais e que, por elas, foram caladas em suas opiniões. Ou seja, isso faz emergir a construção social que os sujeitos elaboraram no seu viver.

A oficina propôs que os sujeitos construíssem um conceito coletivo sobre o que é trabalho, de modo que cada um contribuísse com uma ideia que estivesse ligada a este tema chave. Surgiram diversas observações acerca da realidade de trabalho, desde o prazer em trabalhar, até a exploração vivenciada, passando por diversas violações de direitos. As ideias foram sendo anotadas em cartaz e as considerações feitas por eles foram anotadas no diário de campo, a partir da gravação em áudio feita na roda de conversa realizada. Na organização dos dados foram identificados 2 eixos com 5 Ideias Centrais, onde optou-se pela análise dos discursos dos sujeitos coletivos de cada eixo estabelecido.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

3.1 EIXO A: O trabalho e suas representações

I.C. 1: O trabalho tem a ver com sentir-se digno, valorizado diante da sociedade e ter prazer no que se faz

DSC 1.1: Pra mim? Responsabilidade, dignidade... trabalhando me sinto mais digno. Um modo digno de se viver no meio da sociedade. Ah! Trabalho é uma forma digna de você sobreviver a cada dia a dia, né?

DSC 1.2: Trabalho? Depende... [...] é você procurar seu objetivo, é você estar bem. No trabalho depende de onde você se encaixa numa empresa que tá tendo crescimento, que as pessoas dão valor em você, entendeu? Dou valor ao meu trabalho, e sinto prazer de trabalhar fazendo aquilo que eu gosto e prazer também. Com certeza, sinto prazer de trabalhar. Eu sinto prazer quando tô trabalhando, de verdade. Prazer de trabalhar é... sem droga, sem nada.

O discurso reflete a ligação entre trabalho e dignidade, ou seja, o ser trabalhador, por si só, estaria com a dignidade preservada e manifestada socialmente. Remete à visão de que o trabalho ‘salva’ as pessoas de outros males e confere um status na sociedade, retirando-o da condição de vagabundo, desqualificado, desempregado ou mesmo ligado a um mundo moralmente não aceito.

Importa refletir que há também o conteúdo que remete o trabalho à fonte de prazer. Esse discurso, aparecendo em primeiro lugar nessa organização da fala dos homens, pode ter sido emitido em nome da aceitação no grupo participante. Assim, falar de dignidade e de prazer pode ser visto também como uma forma de seguir participando do coletivo estabelecido. Por outro lado, também pode ser compreendido como um desejo de ser identificado como trabalhador e sendo esse, alguém que o faz com prazer.

Se aprofundarmos na análise, esses homens vão adjetivar o trabalho como “de verdade”, “fazendo o que gosta” ou mesmo ligar à responsabilidade de ser parte de uma “empresa que está em crescimento”, como uma forma de ser valorizado. Com isso, é possível identificar que neste grupo, trabalho é sinônimo de emprego e este, uma forma de acesso à renda. A busca por ser digno e ter reconhecimento, por esse discurso, tem a ver com estar na roda da exploração capitalista, ser um sujeito “incluído” no mercado.

O que pode parecer contraditório é o discurso de ter prazer no que faz. Se a dignidade passa pelo trabalho na condição de empregado e em ser reconhecido por ele, então o próprio prazer pode ficar circunscrito ao reconhecimento de si como trabalhador. As expressões de humanidade passam a ser ligadas ao reconhecimento do trabalho como forma de proporcionar dignidade ao indivíduo, não importando as condições em que o labor ocorre.

Podemos considerar a possibilidade de que nas falas ‘fazer o que gosta’ e ‘ter prazer no que faz’, os homens em situação de rua estariam dando uma dica de que o trabalho informal - sem direitos trabalhistas – também pode ser uma forma de dignidade e prazer?

I.C. 2: O trabalho é uma forma de sobrevivência e de exploração da força de trabalho

DSC 2.1: [o trabalho é o] meio pelo qual a gente consegue dinheiro pra viver, receber também meu dinheiro final do mês. Possibilidade de melhoria de vida. Pra mim, trabalho é isso. O que a gente tem é só a força de trabalho pra oferecer; ele tem o capital, ou seja, aquela troca: eu te dou força de trabalho, que nada mais é medido por tempo – você vai entrar 7 horas e vai sair às 5 - e aí ele vai te dar o capital.

DSC 2.2: Muitas vezes também o trabalho se torna a forma de ser explorado, pagando mais-valia para o patrão. Trabalho é pra eles [o empregador] a forma de subsistir como empregado para o empregador. Só que daí você vai enxergando também que você vai só existindo como empregado, nada mais do que isso. E isso também gera a revolta; o trabalho também gera revolta, não é só prazer, dignidade, também gera revolta também...

Nesses discursos, o trabalho aparece novamente como uma relação de emprego que possibilita a geração de renda. Apresenta a consciência da relação capitalista de produção, em que o empregado dispõe da força de trabalho e o empregador detém o poder sobre as condições de trabalho. Aparece de forma explícita que o trabalho também pode gerar revolta e sofrimento, na medida em que o resultado material do processo de produção não é compartilhado com os trabalhadores, de modo que estes são usados unicamente para o enriquecimento dos patrões.

De forma a questionar os próprios discursos iniciais, é possível observar que se inicia um aprofundamento sobre a normalização do trabalho como dignidade, contextualizado no cotidiano do grupo participante. Assim, prazer e sofrimento, ganho e exploração, padrão e empregado, passam a compor o discurso coletivo dos homens em situação de rua.

3.2 EIXO B: A inserção dos homens em situação de rua no mundo do trabalho

I.C.3: As discriminações para acesso ao trabalho são de classe, capacidade produtiva e relações com o sistema de justiça e assistência social

DSC 3.1: Então, quer dizer, a classe [social] nossa não ajuda. Tem muita gente por aí que é rica que também usa droga, toma cerveja, faz um monte de coisa, entendeu? Para ficar cada vez mais rico, eles se aproveitam da... da... da... miséria da gente. Eu mesmo, pelo que eu já tenho passagem pela justiça mesmo, é difícil arrumar um serviço. Eu só arrumo um serviço se eu pegar na empreita ou se trabalhar como autônomo, trabalhar na diária. Aí sim eu arrumo serviço.

DSC 3.2: A culpa é do próprio sistema, que já vem se fortalecendo ao longo do tempo. Naquela época lá eu não tive condições de estudo igual hoje, que até computador tem na escola. Antigamente, você tomava até reguada daquela de madeira na cabeça. As pessoas elas também não têm consciência de que podem ser melhorados dentro desse sistema. Então ela fica na rua, ela usa droga, ela deixa, é... deixa de se cuidar... Então ela acaba perdendo o tempo da vida dela, quando ela vê já tá de idade, já não tem a mesma saúde de quando era jovem, já não vai produzir a mesma quantia de que poderia produzir quando era mais jovem. Então, o que acontece? Quando o empregador pega uma pessoa assim, já nesse período decadente da vida, ele já não vai dar tanto valor como ele daria para uma pessoa mais jovem, que tem já uma experiência maior né, de de de trabalho... Porque é mais saudável, porque tem uma vida mais, é... mais saudável, né. Essa é a palavra.

DSC 3.3: Agora, se for pra eu arrumar um serviço registrado, primeira coisa que eles vão perguntar (?), e não vão me aceitar, porque já tenho passagem na

*polícia, tem alguma coisa pendente, aí, aí fica meio difícil, entendeu? Cada firma tem um cara que sai da cadeia e mora lá na gameleira. Os cara trabalha por 460,00 reais - daí serve. Daí o **cadeeiro** serve, por quê? Porque daí é só a metade do salário.*

*DSC 3.4: eu tava fazendo um bico na [concessionária]. Daí o que que aconteceu? O cara mandou me registrar. Daí, mas antes, ele pediu mais dois, pra ajudar lá numas empresas. Eu peguei dois do CETREMI. Chego lá eu falei: “Rapaiz, ceis esquece que oces é do CETREMI, esquece que você passou em cadeia, esquece de tudo. Chegou no segundo dia, o dito cujo lá, foi pedir uma carta prum encarregado lá, que ele tinha saído da **cadeia**, e que precisava daquela carta pra levar pro juiz. Em seguida o encarregado já me perguntou: “Seu Y, o sr. conhece bem esses rapazes aí?” Eu falei:” Eu não conheço. (?)”. Ele falou: “Esse povo aí não pode ficar com nós aqui, não.” Quando chegou a tarde, pagou a diária dele e mandou ele embora. Já não registrou eu mais; ele já ia pegar meu documento pra registrar... E cinco dias depois ele me mandou embora também; eu fui de embrulho junto.*

Segundo os relatos, é possível destacar como principais motivos que dificultam a inserção no trabalho formal: baixa escolaridade, problemas com vícios que impedem o autocuidado, passagem por processos judiciais que acabam por estereotipá-los negativamente ou mesmo por ter vínculo com um serviço da assistência social voltado ao atendimento da população em situação de rua.

Esses e outros fatores fecham diversas portas para o acesso ao trabalho formal e acabam por aumentar ainda mais o muro que distancia os trabalhadores de acessar as garantias sociais e econômicas mínimas, bem como de serem reconhecidos como sujeitos com direito a ter direitos. (SCANDOLA, 2015)

A derivação dos discursos no momento da apresentação da questão se faz emergir de forma contundente a partir das discriminações vivenciadas no cotidiano. Assim, puderam se perceberem como um grupo estigmatizado que continua a se reafirmar ao longo da história, inclusive quando se trata do não acesso a política de educação, o que seria fundamental para que pudessem se preparar para viver com dignidade.

O esgarçamento da rede primária de proteção social, a desfamiliarização da atenção e do cuidado, ambas características da atenção e do cuidado, ambas

características da urbanidade capitalista, aliadas à desproteção das políticas sociais neoliberais e o impacto da capitalista, aliadas à desproteção das políticas sociais neoliberais e o impacto das políticas econômicas, se constituem em determinantes na produção do exército de reserva de força de trabalho e, portanto, promotoras do trabalho escravo. (SCANDOLA, 2015, p. 64)

Embora reconheçam que há um sistema que os mantém subalternizados no acesso ao trabalho com os direitos sociais garantidos, apontam características que fazem parte do senso comum, como o uso de drogas ilícitas, a capacidade produtiva/envelhecimento, ou mesmo o fato de serem atendidos por políticas públicas que marcam de forma indelével suas vidas, como o sistema penitenciário e os serviços que atendem pessoas em situação de rua.

Uma das estratégias de sobrevivência apontada nos discursos é o trabalho que denominam como “autônomo”, que também pode ser de diárias. Ambas apresentam uma roupagem de criatividade e iniciativa dos homens em situação de rua, quando na verdade é uma das formas extremas de trabalho sem proteção social, demonstrando assim a sujeição dos trabalhadores às condições impostas aos grupos sociais mais discriminados.

I.C.4: Realidade de desemprego e desconhecimento de direitos levam a aceitação do trabalho precarizado

DSC 4.1: Quando a pessoa fica assim, muito tempo sem registrar, eles nunca registram no período que a pessoa entrou; registra logo na frente quando você, é... Não tem o poder de movimento. Então, o empregado perde e o patrão sempre tira vantagem dessa deficiência que tem o empregado [...] às vezes, o empregador se aproveita da ignorância do próprio empregado, e ele omite a informação que é de direito nosso saber. Por exemplo, ele assina a carteira do indivíduo, mas ele não expõe todos os direitos que aquele cidadão ali tem, garantidos pela lei. Então, passa um tempo, ele trabalha, ele é desligado da empresa, ele é despedido, e ele passa por esse processo todo de trabalho e desemprego, sem saber dos verdadeiros direitos dele... Só muito tempo depois, com o tempo, a pessoa vai se informando, vai conversando, vai tendo acesso à informação, e a partir daí que ele vai poder, é... ter a consciência que ele pode reclamar o direito dele perdido...

DSC 4.2: Não é, a gente tá botando muito a culpa nas coisas. O trabalho é pra ter prazer no trabalho, cara! não prazer nas outras coisas. Vocês só vão ser explorados se vocês concordarem com o patrão de trabalhar daquele jeito. O que ele quer? Eu vou entrar naquele serviço, tô combinando com ele oh: você vai pagar tanto, não vou ter férias, não vou ter isso, você não vai registrá? Não, tem problema, eu aceito! Por quê? Porque eu tô necessitando, tô no CETREMI, tô aqui, tô ali, tô perdidaço, cara. Vou pegar aquela graninha, e se eu conseguir administrar aquela graninha pra passar pra um serviço melhor, fazer outras coisas e esquecer a droga. Mas eu não consigo administrar nem a minha vida! Eu pego aquele dinheirinho e vou direto pra biqueira. Eu acho que eu tô sendo explorado, mas é eu que tô explorando eu mesmo.

Dentre os homens em situação de rua, identificam-se discursos de culpabilização dos indivíduos pela sua situação em que vivem. Nele, desvincula-se a pessoa de seu contexto e das condições que propiciaram o seu deslocamento da condição aceita pela sociedade para um comportamento desviante.

Não há nesses discursos nenhum conteúdo que possa indicar a responsabilidade das políticas públicas pela condição de desigualdade e discriminação, tampouco o papel dos contratantes na garantia de direitos. Neles, é a “desproteção social que cria a consciência do não direito como normalidade. É preciso considerar que os destinatários, em várias situações não se reconheceram nas políticas sociais a condição de sujeitos de direitos.” (SCANDOLA, 2015, p. 70)

Aparece de forma contundente a redução do ser social ao papel exclusivo de trabalhador, ou seja, quaisquer outros âmbitos do viver que possam dar prazer são desconsiderados, inclusive os prazeres que possam vir do uso de drogas lícitas ou ilícitas e na sociabilidade advinda fora do ambiente de trabalho.

Esses trabalhadores, necessários à manutenção das desigualdades e da desvalorização da força de trabalho, passam a incorporar um discurso de auto culpa como forma de aceitação social, mantendo-se na condição de espera pelo trabalho remunerado, quicá na sua inserção no mundo do trabalho formal, mesmo que precarizados.

I.C.5: As carvoarias oferecem postos de trabalho sem direitos assegurados

DSC 5.1: A mulher do carvão, ela vai lá no CETREMI, ela não quer saber se você puxou cadeia, se você toma pinga, se você fuma base, ela não quer saber! Ela quer saber se você vai trabalhar por R\$40 real por dia, dormi mal e acordar 3 horas da manhã. É o que importa pra ela. Livre da comida, livre do registro da carteira, livre do lugar bão pra dormi, livre de tudo. E ganha 40 por dia... Cê entendeu como que é a coisa? Aparece lá. Quer levar o CETREMI inteiro? Leva! Quarenta real por dia, livre de comida, livre de tudo.

DSC 5.2: Na carvoaria não tem direito nenhum. É abre o forno e tira o forno com brasa quente, quente de queimar a pestana. Sem equipamentos de segurança, não tem nada lá. Já vi forno de cerâmica que também tinha que colocar a mão dentro da água assim para pegar as coisas. Há muito tempo já é visto que a carvoaria, o trabalho no carvão é visto como trabalho escravo, e realmente é, porque a pessoa, além de não ter uma remuneração adequada, ele não tem uma instalação boa, não se alimenta legal, um arroz e feijão não tem. É... macarrão e macarrão. comê macarrão de manhã, macarrão mei dia e macarrão de tarde. Não tem uma alimentação adequada pra você. E como é um trabalho braçal, você tem que se alimentar bem... Então, nunca vai trabalhar bem sem uma alimentação adequada. Eles não provêm isso pro empregado. A maioria é assim, a maioria das carvoeiras é assim que funciona. Não tem uma estrutura adequada para você se alojar...

DSC 5.3: Tem carvoaria que trabalha só em troca de droga. O cara leva droga. Eu já fui trabalhar em carvoaria. E não é longe daqui não... O cara paga só em droga... Só em droga. Se você ganhar cinquenta real num dia, te vendo cinquenta real de droga. A maioria coloca tudo em droga em primeiro lugar. A verdade é isso. Primeiramente, ninguém quer saber de trabalhar nada. Primeiramente, o pessoal pega um quilinho, pega uns 10, 15 quilo aí, e o que que vão fazer? Vai correr atrás da droga. Se fosse pra prestar atenção: “Pô, tô melhorando, pô, vamo nessa!” cadê? Nós não tem esse objetivo!

DSC 5.4: Aí, por exemplo, esse capataz que está com o restante dos peões, ele não respeita a pessoa como um trabalhador comum, entendeu? Só porque, porque tá

trabalhando como carvoeiro. É porque acho que, como você tá trabalhando ali, ele acha que tem o direito de te dar aquilo que ele quer.

A fala acima citada cria um debate acerca do modo como acontecem às relações de trabalho. Teve quem defendesse os empregadores, dizendo que já teve patrão melhor que parente. Outro rapaz (que defende a ideia de que trabalho é sinônimo de prazer) afirma que a crítica exposta sobre as relações de classe parecia uma forma de cobiça do empregado sobre as conquistas do empregador. (ZACARIAS, 2017).

No entanto, a maioria dos participantes afirmou que neste jogo eles saem humilhados pelos patrões: “nós somos tratados igual um cachorro, e eu vou falar o que pro cara?”. Quanto aos relatos daqueles que já trabalharam em carvoarias, apontaram os agravos sobre a insalubridade dos espaços de trabalho, como má alimentação, alojamentos sem um mínimo de conforto, ausência de equipamentos de segurança, remuneração baixa. Ademais, relataram sobre as ofertas de emprego informal em carvoaria feitas nos próprios órgãos de atendimento à população de rua de Campo Grande/MS. (ZACARIAS, 2017).

Os postos de trabalho em que conseguem ser inseridos não garantem uma qualidade de vida necessária para sair da situação de morar nas ruas. O trabalho informal explora a mão de obra dos trabalhadores sem que haja garantia de direitos. Eles relataram que se sujeitam ao tratamento injusto pelos empregadores por não terem melhores oportunidades de emprego. Por estarem em situação de rua, ficam mais suscetíveis a perderem seus documentos pessoais e com isso, dificulta no registro formal de trabalho. O desconhecimento sobre os direitos trabalhistas também os afeta negativamente que, por não saberem suas garantias, acabam por não negociar as condições diante do trabalho com diversas violações.

Houve relatos sobre o recebimento de drogas como pagamento, utilizando do vício prévio ou adquirido ali para usurparem o pagamento em dinheiro. Embora eles remetam as drogas ilícitas a uma autocondenação que os faz permanecer na situação em que se encontram, cabe refletir sobre como o uso dessas substâncias acaba, de certa forma, a fazê-los suportar o sofrimento ao qual são submetidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso dos homens em situação de rua nos proporcionou uma reflexão não somente sobre a fala de cada um, mas sobretudo da representação social sobre o que é o trabalho e as condições em que este ocorre na realidade

por eles vivenciada. Na concepção sobre o trabalho, apresentada do Eixo 1, percebeu-se de forma muito evidente a colocação do trabalho como aquilo que lhes dá identidade, bem como uma forma de se sentir presente na sociedade. Assim, o trabalho foi apresentado como tema central deste grupo de trabalhadores na sociabilidade do capital e uma forte identificação com o reconhecimento social e a dignidade.

Por estar ligado à necessidade de sobrevivência dos seres humanos, o trabalho se torna peça central da vida em sociedade. As atividades trabalhistas interferem diretamente nas condições de vida e na forma de organização das pessoas que dela participam. Atualmente, as relações econômicas configuram os pensamentos, moldam crenças e estimulam as ações das pessoas, tudo isso em benefício da produção eficiente e da garantia do consumo que traz, consequentemente, a manutenção e o acúmulo do capital.

É presente a ideia de que o trabalho é uma forma tanto de sobreviver como ser humano quanto de venda de força de trabalho. Nesse caso, os discursos aparecem como uma forma de responder a coleta de dados feita no Centro Pop, e, portanto, tinha necessidade de responder ao local em que houve a coleta. Contudo, a metodologia escolhida proporcionou que esses homens pudessem expor realmente o que pensavam e refletir sobre isso. O espaço de uma fala qualificada também fez com que pudessem refletir sobre as condições em que vivem. Isso demonstrou contradições nos discursos, mas também fez emergir a potência da fala desses homens sobre o seu modo de viver, suas condições, seus anseios e sonhos.

Diante de todos esses dados, pode-se perceber que, quando se trata das relações trabalhistas, as ligações feitas entre as pessoas em situação de rua com as empresas são estabelecidas sob forma de exploração da mão de obra, o que demonstra contratos que desvalorizam os trabalhadores. Prevaleram as falas de experiências com violações de direitos trabalhistas, passando uma visão do trabalho como forma de exploração, discriminação e sofrimento, compartilhando relatos das experiências que eles tiveram, trabalhando em carvoarias que ofereciam condições precárias de trabalho, exploradoras e indignas.

Resgatando a forma de funcionamento do sistema capitalista e sua influência nos diferentes setores da vida dos trabalhadores, pôde-se verificar as consequências das relações de produção na organização social e na divisão intra e internacional do trabalho: aprofundamento do pauperismo, levando os sujeitos à situação de extrema pobreza.

A massa de trabalhadores vende seu tempo, tantas vezes desconhecem suas potencialidades, trocam seus sonhos pelo dinheiro necessário para consumir – em um ciclo de produção e consumo que faz retornar para os burgueses todo dinheiro perseguido pelos trabalhadores. Assim, o processo

de concentração de renda, lucro e exploração da vida da massa populacional se retroalimenta. E nessa relação trabalhista, aqueles que enfrentam a situação de extrema vulnerabilidade econômica submetem-se a cargos degradantes, colocando-se como mão de obra barata. Eles aceitam as relações de exploração a qual estão expostos e raramente acreditam que podem sair desse ciclo.

Uma das questões ainda a ser melhor estudada é onde estão inseridos os homens em situação de rua no mundo do trabalho. Ao serem aliciados para as carvoarias, por exemplo, identifica-se a primarização produtiva na realidade sul-mato-grossense, ou seja, sua inscrição do que é o seu lugar na divisão intra e internacional do capital determina também a utilização de sua força de trabalho. São esses sujeitos com menos garantias de direitos os alvos prediletos para um trabalho fundante na retroalimentação do modo de produção capitalista, para que se mantenha a acumulação do capital em cadeias produtivas cada vez mais extensas. Aqui (Campo Grande (MS)) se produz carvão, em outros lugares do país e do mundo vão se construir os carros, as hidrelétricas, fornos siderúrgicos onde o carvão será utilizado. Portanto, a relação direta entre a globalização e a escravidão que está colocado na nossa região vai se servir dos homens em situação de rua para a manutenção do trabalho globalizado.

Apesar dos avanços legislativos sobre os direitos humanos, que incluem uma gama de garantias na Constituição Federal, a realidade dos trabalhadores permanece marcada pela informalidade e a crescente precarização. As pessoas que se encontram em situação de rua fazem parte do conjunto de trabalhadores braçais brasileiros, que por sua necessidade premente de lutar pela sobrevivência diária, enfrentam discriminações diversas e se submetem a trabalhos degradantes e, com isso participam de forma significativa da coesão social capitalista.

Este grupo populacional experimenta as mais severas dificuldades de sobrevivência, demonstrando o extremo de relações trabalhistas marcadas pela desigualdade social, exploração de mão de obra, que mantém esse grupo dependente de políticas não redistributivas, controladora de corpos e de desejos e submetidos às necessidades do mercado.

Pode-se perceber com esta pesquisa que os usuários do CENTRO POP (que participaram da roda de conversa analisada) percebem a importância do trabalho na manutenção do contexto econômico, político e social. Compreendem que a mão de obra oferecida por eles é o que mantém o ciclo do capital girando; reconhecem a influência que exerce a atividade produtiva sobre a manutenção do sistema que organiza as relações trabalhistas e sociais.

Porém, não encontram saídas e nem apresentam ideias de uma nova forma de organização do sistema econômico vigente. Os serviços intermediários nem sempre conferem sob quais condições os trabalhadores estarão submetidos, como os subempregos em carvoarias que são ofertados nos serviços de assistência à população em situação de rua de Campo Grande (MS). Assim, vivenciando uma realidade de extrema miséria, as melhores perspectivas profissionais para esses homens são a de serem aceitos pelo mundo do trabalho formal, onde poderiam receber um salário e dispor de um mínimo de garantias trabalhistas.

Nesse ínterim, o mundo do trabalho formal aparece como algo a ser perspectivado pelos trabalhadores: para ser um trabalhador, é preciso estar no mercado de trabalho formal - embora em alguns discursos apareça a ideia de ter um trabalho autônomo. No entanto, no mundo do trabalho formal, a inserção dos trabalhadores é dada não só pela sua capacidade produtiva, mas sobretudo pelo mundo da economia. A depender da empregabilidade que temos se fará a inserção das pessoas com mais desigualdade e com mais discriminação. Para esses homens, ter acesso a postos de trabalho também pode significar o enfrentamento de estigmas e discriminações sofridos por eles todos os dias. Portanto, o mundo do trabalho opera também como uma forma de segregação, discriminação e preconceito, colocada para os trabalhadores que estão em situação de rua.

Sem finalizar a pesquisa, enfatizamos a necessidade de que a rede socioassistencial e da saúde, ambas políticas que mais próximo chegam ao mundo dos homens em situação de rua, possam colocar como fundamento o processo de grupalização, organização e, sobretudo, processos educativos de educação popular nos quais a fala seja a emersão das problemáticas vividas e a serem consideradas, visando garantias de dignidade. Assim, não bastam políticas somente de geração de renda. Há que se implementar, sobretudo, políticas de emancipação, para que as pessoas em situação de rua sejam reconhecidas como sujeitos com direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. Brasília: Edição Câmara, Centro de Documentação e Informação, 1988.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm . Acesso em: 02 set. 2021.
- BRASIL. **Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua** Brasília, 2008. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf . Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 615, de 15 de abril de 2013**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0615_15_04_2013.html . Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/033.pdf> . Acesso em: 29 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Coleção SUAS e População em Situação de Rua, v. 3, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf . Acesso em: 11 ago. 2024.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2009.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2024.
- FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo - um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

- LEFEVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Temas Livres, v. 14, n. 4, ano 2009, p. 1193-1204, agosto 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bLYcq4qWYBJnrfZzbVrZmJh/> . Acesso em: 28 ago. 2024.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social** – identidade e alienação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SCANDOLA, E. M. R. Chegou a libertação! Para quê? In: BORGES, P. C. C. (Org.). **Formas contemporâneas de trabalho escravo** - série tutela penal dos direitos humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015. p. 59-72.
- SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil** - 1995-2005. 2006. 220p. Originalmente apresentado como tese de mestrado em Política Social. Brasília: UnB, 2006.
- STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZACARIAS, I. A. N. **Transcrição da roda de conversa no CENTRO POP com o tema Trabalho**. Campo Grande, MS, 2017.

RESUMO

Este artigo objetiva evidenciar e analisar os discursos dos homens em situação de rua sobre os significados do trabalho, bem como sobre o acesso e as condições laborais a que são submetidos. A coleta de dados ocorreu no âmbito do estágio em Serviço Social no Centro-Pop de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, através de uma roda de conversa realizada com os usuários do serviço, que trouxe o trabalho como tema central do debate. A organização de dados teve como fundamento o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a análise ancorou-se nas bases teóricas do Serviço Social. Ao dar voz às experiências dos participantes sobre o assunto, os discursos coletados foram divididos em dois eixos, dos quais ramificam-se cinco ideias centrais. No Eixo A, tratou-se de apresentar a representação do trabalho para os homens em situação de rua, passando da ideia de se sentir valorizado diante da sociedade até a reflexão do trabalho como uma forma de sobrevivência e exploração. Já no Eixo B, discorreu-se sobre a inserção deles no mundo do trabalho, marcadas por estigmas, discriminação, subempregos e ausência de direitos. Em um mundo de oportunidades limitadas, o acesso ao emprego formal torna-se o ideal de realização profissional daqueles que são submetidos a cargos degradantes, deixando de dispor do mínimo necessário para compor o exército industrial de reserva.

Palavras-chave: Trabalho; População em Situação de Rua; Capitalismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to highlight and analyze the discourses of homeless men regarding the meanings of work, as well as the access to and working conditions to which they are subjected. Data collection took place within the scope of a Social Work internship at the Centro-Pop in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, through a discussion group held with service users, which brought work as the central theme of the debate. Data organization was based on the Collective Subject Discourse (CSD), and the analysis was anchored in the theoretical bases of Social Work. By giving voice to the participants' experiences on the subject, the collected discourses were divided into two axes, from which five central ideas branch out. Axis A dealt with presenting the representation of work for homeless men, ranging from the idea of feeling valued by society to the reflection on work as a form of survival and exploitation. In Axis B, the discussion focused on their insertion into the world of work, marked by stigma, discrimination, underemployment, and lack of rights. In a world of limited opportunities, access to formal employment becomes the ideal of professional fulfillment for those subjected to degrading jobs, lacking the minimum necessary to join the industrial reserve army.

Keywords: Work; Homeless Population; Capitalism; Social Work.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar y analizar los discursos de hombres habitantes de la calle sobre los significados del trabajo, así como el acceso y las condiciones laborales a las que están sometidos. La recolección de datos ocurrió en el ámbito de la pasantía de Servicio Social en el Centro-Pop de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a través de una conversación realizada con usuarios del servicio, que tuvo el trabajo como tema central del debate. La organización de los datos se basó en el Discurso del Sujeto Colectivo (DSC) y el análisis estuvo fundamentado en las bases teóricas del Trabajo Social. Después de dar voz a las experiencias de los participantes sobre el tema, los discursos recogidos se dividieron en dos ejes A y B, de los que se ramifican cinco ideas centrales. En Eje A se trataba de presentar la representación del trabajo de los hombres sin hogar, pasando de la idea de sentirse valorados en la sociedad a la reflexión del trabajo como forma de supervivencia y exploración. En el Eje B se discutió sobre su inserción en el mundo laboral, marcado por el estigma, la discriminación, el subempleo y la falta de derechos. En un mundo de oportunidades limitadas, el acceso al empleo formal se convierte en el ideal de realización profesional para quienes se ven sometidos a posiciones degradantes, al no contar con el mínimo necesario para formar parte del ejército de reserva industrial.

Palabras clave: Trabajar; Población sin hogar; Capitalismo; Servicio social.